



CURSO DE PSICOLOGIA

EDUARDO PEREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA LGBTfobia NA FORMAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS
LGBTQIA+**

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Faculdade Ari de Sá

Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo autor(a)

O48i Oliveira, Eduardo Pereira Gonçalves de .
IMPLICAÇÕES DA LGBTfobia NA FORMAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS LGBTQIA+ /
Eduardo Pereira Gonçalves de Oliveira. – 2021.
27 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa.

1. LGBTfobia. 2. Escola. 3. LGBTQIA+. 4. Gestão escolar . 5. Gênero. I. Título.

CDD 150

EDUARDO PEREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA LGBTfobia NA FORMAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS
LGBTQIA+**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em psicologia pela Faculdade Ari de
Sá.

Orientadora: Profa. Dra. Áurea Júlia de Abreu
Costa.

Aprovado em: 14 / 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa
Faculdade Ari de Sá

Prof. Me. Karine Limaverde Pessoa
Faculdade Ari de Sá

Prof. Dr. Daniel Barsi Lopes
Faculdade Ari de Sá

IMPLICAÇÕES DA LGBTfobia NA FORMAÇÃO ESCOLAR DE PESSOAS LGBTQIA+

Eduardo Pereira Gonçalves de Oliveira
Profa. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa

RESUMO

O referido estudo teve por objetivo explorar as relações entre LGBTfobia e o impacto na formação escolar de pessoas LGBTQIA+. Por meio de pesquisa em caráter qualitativo com revisão integrativa, foram consultados trabalhos entre 2015 e 2021, e verificou-se que, além da formação precária no que concerne à compreensão de demandas em diversidade sexual e de gênero nas escolas, gestores e educadores ainda não se encontram aptos de uma maneira formativa para lidar com situações de LGBTfobia nas instituições escolares, e muitas vezes, corroboram para a prática desse comportamento. Para entender sob a perspectiva dos que trabalham com educação e dos estudantes, é preciso se apropriar da realidade e dificuldades das áreas em questão, uma vez que a dimensão do ofício e da experiência escolar estudantil perpassa a vivência desses sujeitos em grande parte do tempo, dentro e fora das organizações. Dada a insuficiência de produção científica a respeito do fenômeno, o presente artigo se faz necessário no sentido de se pensar em formas de prevenir que as práticas LGBTfóbicas sejam mantidas e também atuar assertivamente contra essas quando ocorrerem e ajudar a desmistificar o tema, considerando que pouco se debate sobre o assunto, ainda mais quando se trata de adolescentes e crianças. Novas discussões e estudos se fazem necessários para uma compreensão mais ampla e vivencial do assunto em questão.

Palavras-chave: LGBTfobia; escola; LGBTQIA+; gestão escolar; gênero.

ABSTRACT

This study aimed to explore the relationship between LGBTphobia and the impact on the schooling of LGBTQIA+ people. Through qualitative research with integrative review, works between 2015 and 2021 were consulted, and it was found that, besides the precarious training concerning the understanding of demands in sexual and gender diversity in schools, managers and educators are not yet able to deal with situations of LGBTphobia in school institutions, and often corroborate the practice of this behavior. In order to understand from the perspective of those who work in education and of the students, it is necessary to understand the reality and the difficulties of the areas in question, since the dimension of the job and the student's school experience goes through the life of these subjects most of the time, inside and outside the organizations. Given the lack of scientific production about the phenomenon, the present article is necessary in order to think of ways to prevent LGBTphobic practices from being maintained and also to act assertively against them when they occur and to help demystify the theme, considering that little is debated about the subject, especially when it comes to adolescents and children. New discussions and studies are necessary for a broader and more experiential understanding of the subject in question.

Keywords: LGBTphobia; school; LGBTQIA+; school management; gender.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre LGBTfobia atualmente é de suma importância, visto que a violência por preconceitos à população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais) é vivida diariamente nos espaços públicos, dentre eles a escola. É na escola em que os corpos são padronizados, enquadrados e submetidos e onde há uma “vigilância sagrada”. Papéis sexuais são produzidos, sexo e gênero hierarquizados em relação de poder e subalternização. Nada pode fugir do cânone normativo imposto pela doutrinação heterossexista (BORRILLO, 2010).

O ambiente escolar deve ser um espaço livre para desconstruir a ideia da agenda heterossexual que busca normatizar e hierarquizar gênero, identidade e sexualidade. Portanto, a escola deveria possibilitar à comunidade LGBTQIA+ acesso e permanência com dignidade e qualidade social. Todavia, a escola ainda reproduz um modelo heteronormativo desvelando a necessidade de traçar estratégias institucionais que a torne um ambiente de respeito e acolhimento das inúmeras formas de vivência da sexualidade.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontam que no Brasil mais de 40% dos homens gays dizem ter sido agredidos fisicamente enquanto estavam na escola; em muitos países, a exposição ao bullying homofóbico provoca redução da frequência escolar, abandono escolar precoce e queda de desempenho e rendimento acadêmico; o bullying homofóbico pode produzir efeitos adversos na saúde mental e psicológica dos jovens, causando impacto negativo na sua educação (UNESCO, 2013).

Embora haja progressos no aspecto do preconceito e marginalização da comunidade, com números de apoiantes crescendo sempre mais, a LGBTfobia continua se colocando como um entrave e, dessa forma, como algo intrínseco à vida destes indivíduos vitimados. Como uma força maior que se manifesta veladamente, a LGBTfobia passa a ser não só um vilão sutil que deve ser vencido diariamente pelas pessoas LGBTQIA+, mas também se transforma no principal alicerce sob o qual a identidade da comunidade se constrói.

O termo LGBTfobia passou a ter maior divulgação no Brasil a partir da III Conferência Nacional de Políticas LGBT, realizada em 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília, e tem como objetivo agregar em uma única palavra tanto a homofobia/lesbofobia/bifobia, quanto a transfobia. LGBTfobia refere-se à toda e qualquer forma de preconceito e/ou discriminação em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Segundo Rosa

(2017), tal conceito se desdobra em: Homofobia: termo geral normalmente utilizado como referência ao preconceito e/ou discriminação em razão da orientação sexual; Lesbofobia: termo específico que se refere ao preconceito e/ou discriminação relacionada à orientação sexual de mulheres lésbicas, sendo, muitas vezes, agravada pela desigualdade de gênero; Bifobia: preconceito e discriminação em razão da orientação sexual de pessoas bissexuais; Transfobia: preconceito e/ou discriminação, em razão da identidade de gênero, contra transexuais e travestis.

Cada letra da sigla LGBTQIA+ agrega um grupo de pessoas que se reconhece por uma orientação sexual ou uma identidade de gênero diversa daquelas que a sociedade convencionou como únicas possíveis (orientação heterossexual; gêneros masculino e feminino). Ela é a evolução de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), de GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) e LGBT. A retirada do ‘S’ (que havia em GLS), de simpatizante, referindo-se a heterossexuais que apoiavam a causa, deu-se pelo entendimento de que eles não eram protagonistas do movimento. Já a troca de posições entre o ‘G’ e o ‘L’ foi motivada para dar visibilidade às mulheres lésbicas e também promover equidade de gênero. Essas próprias mudanças na sigla (inserção de letra, retirada e reposicionamento) demonstram a evolução do movimento pela inclusão das pessoas em suas diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

Como mencionado por Butler (2003, p. 41), “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica”.

Como se sabe, o L diz respeito às lésbicas e o G, a gays, mulheres e homens, respectivamente, que sentem atração afetivo-sexual por pessoas do mesmo gênero que o seu; enquanto o B representa as pessoas bissexuais, que sentem atração afetivo-sexual por homens e mulheres. Até aqui, a sigla agrega grupos por orientações sexuais. A partir do T, a sigla acolhe identidades de gênero dentro do amplo espectro de diversidade. Na primeira letra estão incluídos transgêneros, transexuais e travestis: pessoas que se identificam com um gênero diferente do que foi designado no nascimento. A pessoa transexual tem uma expressa não-conformidade com o gênero designado no nascimento, ao mesmo passo que se identifica com o oposto. Continuando a desvendar a sigla, o Q é de queer – quem transita entre os gêneros feminino e masculino, e mesmo fora do binarismo masculino-feminino (o chamado não-binário, que rejeita os dois gêneros). A teoria queer afirma que a orientação sexual e a identidade de gênero são resultado de uma construção social, e não de uma funcionalidade biológica (SPARGO, 2017).

O I, que é mais recente, diz respeito ao intersexo – identidade de gênero de pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal (seja por hormônios, genitais, cromossomos ou outras características biológicas) é não-binário; ou seja, não se encaixa na forma binária masculino-feminino. O A volta a se referir a orientação sexual. Agrega os assexuais, aqueles que não sentem atração afetivo-sexual por outra pessoa, independente de orientação sexual e de identidade de gênero. Por fim, o sinal de mais (+), que há uns anos foi incorporado à sigla, abriga outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero que existam. É o caso da pessoa que, do ponto de vista da orientação sexual, se define como pansexual, pessoa que sente atração afetivo-sexual independente da identidade de gênero da pessoa – seja mulher ou homem, cis ou trans, ou mesmo de outro gênero, como é o intersexo. É a orientação sexual mais fluida. A propósito, a sigla também já tem aparecido escrita com o P ao fim: LGBTQIAP+.

Hoje, o movimento propõe como principal bandeira a inclusão de todas as sexualidades tidas como diferentes do padrão heterossexual. É também a atual militância da comunidade a principal força responsável pela difusão da ideia de orientação sexual, que surgiu como uma forma de rebater o termo comumente usado “opção sexual”, refutando a criminalização e medicalização. A luta para assegurar o uso dessa expressão alcança presença nos discursos políticos, acadêmicos e também governamentais.

É pertinente ressaltar que a questão problema serve como ponto de partida para averiguar as implicações da LGBTfobia na formação escolar de pessoas LGBTQIA+, buscando em autores de renome como Michel Foucault, Judith Butler, Guacira Louro, entre outros, a base teórica necessária para o entendimento da problemática. Desse modo, emergiram os seguintes questionamentos para a construção desse trabalho: De que forma a LGBTfobia impacta a formação escolar de pessoas LGBTQIA+? Qual o posicionamento das instituições escolares em relação aos casos de LGBTfobia?

O objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre LGBTfobia e suas implicações na formação escolar de pessoas LGBTQIA+, e os específicos são: descrever de que modos a LGBTfobia atravessa as experiências escolares de sujeitos LGBTQIA+ e analisar o posicionamento das instituições escolares acerca de situações LGBTfóbicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada no referido estudo foi a qualitativa, com revisão integrativa. Segundo Augusto (2013), a pesquisa qualitativa é um método que envolve um olhar descritivo e interpretativo do que se entende sobre determinado assunto, de forma a englobar o maior aparato teórico possível e realizar uma análise dos dados obtidos sob a ótica dos contextos envolvidos na pesquisa.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que se caracteriza por ser uma metodologia ampla de síntese do conhecimento e aplicabilidade prática dos resultados de diferentes tipos de estudos: experimentais, não experimentais e dados de literatura teórica e empírica (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A presente revisão integrativa teve como objetivo responder à seguinte questão: como a LGBTfobia impacta na formação escolar de pessoas LGBTQIA+? Para tanto, foram consultadas as seguintes bases de dados: o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PEPSIC, vinculado à BVS-Psi ULAPSI (Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia da União Latino-americana de Entidades de Psicologia); a BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Google Acadêmico. Após a delimitação da questão de pesquisa, as demais etapas da revisão integrativa estão descritas a seguir.

Para operacionalizar a busca nas bases de dados foram utilizados o descritor (termo de busca) LGBTfobia e os seus derivados. Os critérios de inclusão para o presente estudo foram: materiais publicados a partir de 2015 e cujo idioma seja em português, contando com o texto completo e referenciado, e que trouxessem elementos pertinentes ao tema, como LGBTfobia e ambiente escolar. Os critérios de exclusão da escolha da bibliografia foram: estudos que não estivessem relacionados com o tema em questão, trabalhos em línguas estrangeiras, bem como textos não completos ou sem referência e todo material que aborde a LGBTfobia em espaços que não seja na escola ou não possua relevância para a pesquisa. Outras palavras-chaves utilizadas na busca para elaboração da pesquisa foram: gênero, inclusão e diversidade sexual.

Assim, a pesquisa foi constituída de forma sistemática e teve sua realização a partir da coleta de artigos, teses e dissertações sobre o eixo temático, a fim de se levantar o que já foi previamente proposto sobre os objetos de pesquisa e fornecer um posicionamento embasado cientificamente sobre a atual problemática levantada.

A base teórica que utilizamos para analisar os trabalhos encontrados na pesquisa nas bases de dados englobou os seguintes autores: Michel Foucault, cujas ideias permitem

pensar como os indivíduos que não seguem o padrão heterossexual são enquadrados como seres anormais; Judith Butler, teórica queer que trabalha com a questão dos “corpos que importam”, demarcando também, dessa forma, os corpos que não importam, o que está no centro dos diversos episódios de violência aqui analisados; e Guacira Louro, pesquisadora conceituada que possui diversos livros publicados, assim como artigos e capítulos que em sua maioria tratam de questões de gênero, sexualidade e estudos queer, quase sempre pensados pelo campo da educação. Os autores foram utilizados na pesquisa com o intuito de se fazer compreender resultados de outros pesquisadores da área, bem como minhas próprias inferências e conclusões ao final deste trabalho.

As análises dos dados obtidos foram analisadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. A análise de conteúdo, segundo Minayo (1994), é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa.

A análise de conteúdo, segundo Bardin, pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1979, p. 42).

Segundo Bardin (1979, p. 09), a análise do conteúdo “[...] é um conjunto de instrumentos metodológicos [...] em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Realizada a busca conforme os critérios estabelecidos, a amostra foi representada por 34 trabalhos, a seleção e exclusão de acordo com cada base de dados estão representados no quadro 1. Após leitura flutuante dos trabalhos selecionados, 29 trabalhos foram excluídos por estarem em desacordo com os critérios de inclusão e exclusão, sendo a amostra reduzida para 5 trabalhos. Na BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram publicados 11 trabalhos e todos esses estavam entre os anos de publicação de 2015 a 2021. Foram excluídos 7, sendo a amostra representada por 4 trabalhos, todos na língua portuguesa. No Google Acadêmico, 17 trabalhos puderam ser encontrados com os descritores supracitados. Desses 17, 1 não se encontrava disponível e dos 16 restantes 15 não respeitavam os critérios de inclusão, reduzindo a amostra para 1 trabalho. Na base Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PEPSIC, vinculado à BVS-Psi ULAPSI (Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia da União Latino-americana de Entidades de Psicologia), apenas 6 artigos foram publicados, todos na língua portuguesa. Contudo, todos os estudos foram excluídos por não

respeitarem os critérios de inclusão, no que se entende por tratar da pauta LGBTQIA+ em temáticas que não envolviam os alunos e a escola. O Quadro 1 informa sobre os trabalhos encontrados, conforme base de dados / categoria / quantidade. O quadro 2 informa sobre os trabalhos selecionados para compor os estudos da presente revisão, conforme trabalho / ano / autor(es) / publicação.

Mesmo com a limitada bibliografia encontrada sobre o assunto, a análise dos dados foi obtida através da leitura flutuante de todos os materiais listados, bem como das indicações no referencial teórico de cada texto.

Quadro 1. Produção bibliográfica sobre implicações da LGBTfobia na formação escolar de pessoas LGBTQIA+ encontrados nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Google Acadêmico e na Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC).

BASE DE DADOS	CATEGORIA	QUANTIDADE
BDTD	Artigos encontrados	11
	Contempla	4
	Não contempla	7
	Não disponível	0
	Duplicidade	0
	Artigos selecionados	4
GOOGLE ACADÊMICO	Artigos encontrados	17
	Contempla	1
	Não contempla	15
	Não disponível	1
	Duplicidade	0
	Artigos selecionados	1
PEPSIC	Artigos encontrados	6
	Contempla	0
	Não contempla	6
	Não disponível	0
	Duplicidade	0
	Artigos selecionados	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2. Produção científica sobre implicações da LGBTfobia na formação escolar de pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados BDTD, Google Acadêmico e PEPSIC.

TRABALHO	ANO	AUTOR(ES)	PUBLICAÇÃO
IMPACTOS DA HOMOFOBIA NO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA	2016	MARIA BERENICE ALVES DOS SANTOS	UFMG
(DES)RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL E À IDENTIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DE CARUARU – PE: A questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da Gestão Escolar	2018	ÉMERSON SILVA SANTOS	UFPE
CONSENSOS E DISSENSOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA: quem fala, quem sofre, quem nega.	2019	FILIPPE ANTONIO FERREIRA DA SILVA	UFPE
“É algo socialmente construído”: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes.	2019	RACHEL LUIZA PULCINO DE ABREU	PUC-RJ
Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências	2015	PALOMA PEGOLO DE ALBUQUERQUE; LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS	Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 3, 663-676 DOI: 10.9788/TP2015.3-11

Fonte: Elaborado pelo autor.

3 ORIGEM DA LGBTfobia

A LGBTfobia é o conjunto de violências físicas, morais, socioculturais, políticas, econômicas e psicológicas que são configuradas nas opressões e preconceitos voltados ao gênero e à sexualidade. Há de se compreender que ao falar de LGBTfobia, fala-se de aversão e hostilidade a sexualidades e identidades de gênero, a última representada pela letra “T”, a qual traz a representação de pessoas travestis e transexuais. Percebe-se que a sexualidade pode ser mascarada por muito tempo, enquanto a identidade de gênero se afirma através de uma exteriorização de desejos e vontades, ou seja, o próprio corpo de uma pessoa travesti, por exemplo, carrega seu simbolismo, signos e significados. Impossibilitadas de esconder sua própria realidade, são sujeitas das mais perversas violências que caracterizam a transfobia. Mesmo com origens comuns, a transfobia carrega significados diferentes da homofobia, pois se refere também a violências muito específicas que atingem as pessoas trans, seja através da negação da utilização de espaços como banheiro, além da exposição genital, o estupro corretivo, o desrespeito ao nome social, etc. Conforme Dias (2012), embora o preconceito e a discriminação sejam arcaicos, o termo LGBTfobia como se conhece hoje, é um termo contemporâneo, fazendo-se necessário um aprofundamento histórico em sua origem não só etimológica, mas também enquanto construção social.

Com o advento do cristianismo difundido pela Igreja, a relação homoafetiva tornou-se uma prática abominável aos olhos dos dogmas criados por esta. Todavia, a homossexualidade era normal na Antiga Grécia, no entanto, para fins pedagógicos, visto que

a relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o erastes (amante), por um jovem a quem chamavam eromenos (amado), que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Esse relacionamento era chamado paiderastia (amor a meninos), ou, como pode ser melhor compreendido, homoerotismo, e tinha como finalidade a transmissão de conhecimento do erastes ao eromenos. O que para nós pode parecer anormal, para os gregos era o paradigma da educação masculina, a paideia (educação) que somente se realizava pela paiderastia (CORINO, 2006, p. 22).

Segundo Michel Foucault (2005), os romanos também exaltavam e aceitavam as relações homossexuais e possuíam o pensamento de que era normal o sexo não reprodutivo, já que, assim como os gregos, acreditavam que as relações heterossexuais giravam em torno da reprodução para a supremacia da sociedade. Com a soberania do cristianismo no ocidente na Idade Média, a homossexualidade foi entendida como sendo doença. Nos quase mil anos deste período (476 d.C. – 1453) qualquer ato contrário à finalidade reprodutiva era abominado pela Igreja. Em decorrência disso, durante muitos anos a Organização Mundial de Saúde

(OMS) considerou a homossexualidade como doença a incluindo na lista de doenças mentais. Porém,

As homossexualidades foram despatologizadas na década de 1980 e 1990, quando foram retiradas dos manuais diagnósticos mais conhecidos, como a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Deu-se pela Medicina e Psicologia o devido reconhecimento de que não haveria necessidade de “tratamento” ou “cura” a tal forma de vida, pois essa é apenas uma possibilidade dentro da diversidade humana. Ainda que até hoje versem certas tentativas de repatologização e psicologização que reemergem em um momento de intensa disputa política por direitos LGBT, especialmente no Brasil dos últimos anos (TENÓRIO; PRADO, 2016, p. 50).

Os indivíduos que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, que têm práticas ou identidades sexuais diferentes das que são consideradas padrões, são categorizados diversas vezes como anormais. Foucault (2000, p. 183), analisa as relações de poder, e não o vê como uma propriedade ou subordinado a determinado grupo social, mas sim como um exercício produzido pelos mais variados setores e presente em toda uma multiplicidade do grupo social, como indica o trecho:

(...) não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) estão sempre em posição de exercer e de sofrer sua ação. (...) Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

O indivíduo passa a ser examinado, vigiado e normalizado na escola, trabalho, igreja, família, vizinhança e assim por diante, de modo que se tem uma formação do que o filósofo aponta como "Sociedade Disciplinar", que maximiza o controle dos indivíduos e cria o chamado "Biopoder", que será responsável por gerenciar essa sociedade disciplinarizada. (FOUCAULT, 1999).

Hoje, a homossexualidade é proibida em quase 70 países, sendo criminalizada em alguns e punida com pena de morte ou prisão em outros (BORRILO, 2010). Mesmo o Brasil não estando nessa posição, a LGBTfobia no país carrega dados alarmantes. O Brasil tem dados oficiais escassos sobre a sua realidade LGBTfóbica, restando a grupos e coletivos LGBTQIA+ realizarem estudos e pesquisas sobre esse problema social.

De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) de 2015

318 LGBT foram assassinados no Brasil em 2015: um crime de ódio a cada 27 horas: 52% gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. A homofobia mata inclusive pessoas não LGBT: 7% de heterossexuais confundidos com gays e 1% de amantes de travestis. Proporcionalmente, as travestis e transexuais são as mais

vitimizadas: o risco de uma “trans” ser assassinada é 14 vezes maior que um gay, e se compararmos com os Estados Unidos, as 119 travestis brasileiras assassinadas em 2015 em comparação com as 21 trans americanas, têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas. Segundo agências internacionais, mais da metade dos homicídios contra transexuais do mundo, ocorrem no Brasil (GGB, 2015, p. 1).

Já o relatório do mesmo grupo produzido em 2017, assegura que houve um aumento exorbitante das mortes por LGBTfobia, sendo 30% maior que no ano de 2016. Assim, “A cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (MOTT; MICHELS; PAULINHO, 2018).

Entre os diversos tipos de violências que perpassam a existência de uma pessoa LGBTQIA+, destaca-se a violência verbal, expulsões da família, da escola ou universidade, além de estupro corretivos, abusos sexuais, agressões físicas, morais, verbais e psicológicas. Outro exemplo de violência é a institucional, entendida como um conjunto de dimensões reiteradas e reproduzidas por instituições e pelo Estado em que excluem e discriminam pessoas por determinadas condições. Por fim, é fundamental entendermos que o preconceito e discriminação estão enraizados na sociedade em geral e tais conquistas foram obtidas graças a luta e esforço de pessoas que perderam a vida ou sofreram física e psicologicamente na defesa por aquilo que realmente são, em movimentos gays, tais como: a Rebelião Stonewall Riots, nos Estados Unidos em 1969, - marco da luta pelos direitos homoafetivos no país (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

4 DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO LGBTQIA+

Os direitos humanos têm como pressupostos direitos à liberdade de expressão, de opinião, direito ao trabalho, direito a educação, direito de igualdade e liberdade entre os seres humanos. O primeiro artigo da Declaração Universal (1948) sintetiza tais pressupostos – “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternamente uns com os outros”. É sabido que convivemos cotidianamente com violação de direitos individuais e coletivos, principalmente quando se trata da diversidade e das minorias que podem ser grupos étnicos, culturais, raciais e de gêneros por exemplo. Ainda, a realidade da efetivação dos direitos humanos na maior parte do mundo não foi alcançada, refletindo a fragilidade quando se trata dos mais pobres, de grupos de marginalizados e excluídos. O fato da existência de um arcabouço universal, não garante o direito declarado, a conquista dos direitos só é possível quando exercitamos e buscamos o princípio fundamental da cidadania.

Nos últimos cinquenta anos os movimentos sociais têm feito críticas a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere à interpretação dos destinatários dos direitos declarados, pois consideram que nem todos são iguais perante a lei. Os movimentos sociais (LGBTQIA+, negros, feministas) não veem isonomia nas garantias políticas, civis e jurídicas. Compreenderam e compreendem esses grupos sociais que ‘ser humano’ não é a única condição para garantir a dignidade e direitos iguais. Em vários países, inclusive no Brasil, o discurso para os sujeitos objeto de direitos, quando se trata das minorias, se dá de forma seletiva, conforme aponta Guacira Lopes Louro:

[...] de um lado, o discurso hegemônico que remete à norma branca, masculina, heterossexual e cristã; de outro lado, discursos plurais, provenientes dos grupos sociais não hegemônicos que lutam para se fazer ouvir, rompendo o silenciamento a que historicamente submetidos (LOURO, 2000, p. 56).

No âmbito educacional o movimento LGBTQIA+ no Brasil tem reivindicado políticas públicas educacionais à diversidade sexual, mesmo encontrando entraves numa relação marcada pela resistência de romper com a tradicional forma de pensar e determinar as regras referentes às questões de gênero e identidade na escola. Importante destacar a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015:

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de

gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. (Diário Oficial da União – seção 1 - Nº 48, quinta-feira, 12 de março de 2015 ISSN 1677- 7042 3).

Porém, a realidade dos números aponta para dados negativos e alarmantes no que se refere à realidade da população LGBTQIA+ no âmbito educacional. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2015): as experiências de estudantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais); foi uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e pelo Grupo Dignidade, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A pesquisa foi respondida via internet por 1016 estudantes LGBTQIA+ de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal (com exceção do Tocantins), com idade entre 13 e 21 anos, entre dezembro de 2015 e março de 2016. Foi publicada pelo jornal online A Folha de São Paulo e informa que 73% dos jovens brasileiros que são LGBTQIA+ entre 13 e 21 anos, dizem ter sofrido algum tipo de homofobia devido a sua orientação sexual no âmbito escolar. De acordo com os dados da referida pesquisa, com relação à percepção de segurança na escola: 60% das/dos estudantes LGBT se sentiram inseguros na escola no último ano; quanto às agressões verbais: 72,6% das/dos estudantes LGBT foram verbalmente agredidos/as por causa de sua orientação sexual e 68% em razão de sua identidade/expressão de gênero; quanto às agressões físicas: 24,6% das/dos estudantes LGBT sofreram violência física devido à sua orientação sexual e 10,3% devido à sua identidade/expressão de gênero. Dessa forma, o Brasil se mostra em primeiro lugar entre os outros países da América Latina que também se submeteram à pesquisa, como Argentina, Chile e México.

Conforme Louro (2008, p. 136): “[...] as chamadas ‘minorias’ sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores”. Sendo assim, as escolas não fogem da entrada destas minorias embora tentando mantê-las sobre o seu domínio através da normatização da educação e de uma pedagogia conservadora.

A respeito de estudantes LGBTQIA+ na escola, Silva (2019, p. 164) ressalta:

Segundo os/as professores/as, há um número elevado de estudantes LGBTs na escola, onde os mesmos sentem a necessidade de abordar as questões referentes ao preconceito, o respeito e a diversidade de suas identidades não-heterossexuais. Como também a escola é um espaço de sociabilidade entre os LGBTs, os mesmos dividem com os/as professores/as às várias situações de violência que enfrentam em seus lares familiares ou em outros lugares sociais.

O que se percebe é que ao tentar fazer parte da escola, estes alunos/as ainda sofrem muitas discriminações e são invisibilizados dentro das instituições escolares, correndo o risco de se marginalizarem, através da exclusão social, que muitas vezes tem início no próprio ambiente familiar e se propaga através dos estabelecimentos de ensino, forçando desta forma estes personagens sociais a recorrer a trabalhos considerados de menor status social incluindo a prostituição, deixando claro neste comentário que não existe nenhum intuito de marginalizar a profissão de prostituta, contudo, esta deveria ser uma escolha profissional e não uma imposição social advinda da discriminação de gênero.

É inegável o fato que, nas escolas, cada vez mais o público estudantil esteja pautando e reivindicando a 'saída do armário' e pautando suas identidades como possibilidade outra de viver a liberdade de seus desejos, comportamentos e identidades. O quadro docente e a gestão das escolas estão vivenciando esses momentos e pautando como possibilidade enxergar essas mudanças como pertencentes às gerações contemporâneas. Uma mudança é necessária, ao passo que estamos falando de corpos e desejos em constantes mudanças.

Sobre as percepções dos estudantes acerca dos gêneros e das sexualidades, Abreu (2019, p. 243), apresenta as seguintes conclusões:

(1) há por parte dos estudantes analisados uma compreensão do que são as formas de preconceitos e discriminações no que tange a diversidade sexual e gênero; (2) o gênero é uma categoria fundamental para exame dos resultados obtidos com os questionários, principalmente no que tange a diversidade sexual; (3) as meninas sinalizam uma maior aceitação da diversidade sexual e de gênero, além de assumirem uma postura problematizadora frente a reprodução dos estereótipos de gênero e das sexualidades heteronormativas; (4) os meninos foram identificados como mais propensos a reprodução da lógica heteronormativa, assumindo em muitas situações posturas que assimilam a LGBTfobia como uma naturalização do comportamento das masculinidades; (5) ainda sobre os meninos, notamos que quando são levados a refletirem sobre situações cotidianas que trazem relações de gênero, há um pequeno aumento dos índices de menor intolerância a diversidade de gêneros.

Nas conclusões de sua pesquisa, Abreu (2019), encontra dados que desvelam as práticas LGBTfóbicas na escola, compreendendo o gênero como um fator fundamental para o exame de seus resultados. Na citação acima, ela tira como conclusão que no ambiente escolar, as meninas tendem a ser mais tolerantes e receptivas no que tange à diversidade sexual e de gênero, sendo também mais problematizadoras frente a reprodução de violências. Já os meninos tendem a naturalizar a violência de gênero e a LGBTfobia como comportamentos que reafirmam as suas masculinidades.

Nesse sentido, a gestão escolar é parte do problema da violência quando não apura as denúncias de violências LGBTfóbicas, não estabelece ações e medidas pedagógicas de

correção dos/as agressores/as, e quando não presta um atendimento adequado as vítimas. É ainda parte do problema, quando a própria gestão escolar pratica violências, perseguindo estudantes LGBTQIA+, estimulando xingamentos, não respeitando o uso do nome social por parte dos/as estudantes e professores/as transexuais, entre outras posturas. Foi o que constataram Galvão et al (2010) no seu ensaio “Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo”. Discorrendo sobre o resultado de uma série de pesquisas exploratórias sobre violências escolares, Galvão et al apontaram que em relação a problemática das violências reproduzidas nas instituições educativas “a gestão escolar, é ao mesmo tempo, parte do problema e da solução” (2010. p. 434).

Sobre a gestão escolar e seus esforços em relação ao combate à LGBTfobia, Santos (2018, p. 166) corrobora:

Novamente encontramos resultados diferentes nas duas escolas. Na Escola A que oferece o Ensino Médio Regular, percebemos que a gestão escolar não tem repassado muitas orientações para os/as professores/as sobre essas questões. Além disso, as poucas orientações repassadas foram inadequadas, na medida em que eram vagas, ao determinar que os/as professores/as deveriam ter bom senso sobre essas questões e que violências LGBTfóbicas na sala de aula “que passassem do tolerável” deveriam ser levadas até a gestão escolar. Ocorre que nenhuma violência LGBTfóbica deve ser considerada tolerável. Isso aponta para o quanto a escola ainda é um lugar de naturalização de violências.

Percebeu-se que as concepções fundamentalistas dentro da escola sobrevivem através de um silêncio oportunista, que diante de qualquer descuido, rompem com esse silêncio e constroem discursos e práticas fundamentalistas, revestidas de um falso moralismo retrógrado que visa destruir os avanços democráticos que a escola alcançou no campo do respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero. Na contemporaneidade a escola tem se deparado com reivindicações na busca de garantias a todos e todas de forma isonômica, lutas dos grupos sociais por políticas públicas afirmativas com o objetivo de promover o respeito à diversidade sexual e, principalmente, compreender que a escola é local de construção e desconstrução de conceitos para formação de sujeitos críticos, livres e autônomos.

5 DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Em sua grande maioria, os educadores relatam a falta de preparo para entendimento da questão de gênero, identidade e sexualidade na escola. Vários depoimentos no curso diversidade e gênero na escola ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG em 2015 fazem referência a essas dificuldades, e, entendem a necessidade de preparo para compreenderem e enfrentarem não só a LGBTfobia, mas outras formas de preconceitos na escola. Portanto, é imprescindível a construção de políticas públicas e educacionais para os profissionais da educação. Os professores reclamam que lhes faltam formação e materiais para trabalhar com o tema ‘homofobia na escola’. Percebemos que existe disposição e empenho por parte do corpo docente para a capacitação em temas ainda complexos no cotidiano escolar. Entretanto, para outra parcela dos docentes brasileiros a compreensão das variadas maneiras de viver a sexualidade ainda é marcada por um olhar heteronormativo. Conforme pesquisa realizada pela UNESCO em 2002, entre abril e maio, em que foram entrevistados 5 mil professores de todas os Estados Brasileiros percebemos a urgência na preparação e formação dos professores/as já que “[...] para 59% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e de 21,2% deles tampouco gostaria de ter vizinhos homossexuais” (JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

Nesse sentido, a pesquisa referente ao perfil dos professores brasileiros com relação à diversidade sexual, desvela que estes mostram-se ainda conservadores em vários aspectos. Cabe aos mesmos, buscar o distanciamento entre os valores e conceitos que carregam enquanto indivíduos. A escola é um local heterogêneo, é reflexo da sociedade com suas diversidades étnicas, culturais, regionais, sexual, sociais, religiosas, etc. E todos tem o direito de serem tratados com respeito. Não deixa de ser um fator impactante se os mesmos reproduzirem valores pessoais no ambiente escolar, reforçando a heteronormatividade e homofobia. São preocupantes os dados indicados pela UNESCO, porque os professores e professoras quando dizem não saber lidar com determinadas demandas na escola, deixam um vazio na aprendizagem e, ‘consentimento’ para manifestações de violências no ambiente escolar. Outra pesquisa realizada pela UNESCO dá uma mostra da vivência da homossexualidade e homofobia na escola, como pode ser observado:

[...] em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certa compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar (nos níveis fundamental e médio). Constatou-se, por exemplo, que: - o percentual de professores/as que declaram não saber lidar como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória; - acreditam ser a homossexualidade uma

doença cerca de 12% de professores/as de Belém, Recife e Salvador, entre 14 a 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza; - não gostaria de ter colegas de classe homossexuais 33,5% dos estudantes de sexo masculino de Belém, entre 40 e pouco mais 42% no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza e mais de 44% em Maceió e Vitória; - pais de estudantes de sexo masculino que não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos: 17% no Distrito Federal, entre 35% e 39% em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, 47% em Belém, e entre 59 a 60% em Fortaleza e Recife; 25 - estudantes masculinos apontam “bater em homossexuais” como menos grave dos sei exemplos de uma lista de ações de violência. (JUNQUEIRA, 2009, p. 17-18).

As pesquisas mostraram claramente que a homofobia tem contornos institucionais levando a admitir a produção e reprodução da heteronormatividade nas escolas e a necessidade de políticas públicas inclusivas capazes de reverter indicadores preocupantes de preconceitos LGBTfóbicos à população LGBTQIA+, exposta à violência e à evasão escolar. Estudiosos apontam que faltam no Brasil pesquisas com indicadores da população LGBTQIA+ além do espaço escolar, principalmente quando conjugado com outros fatores também vulneráveis e discriminados (mais pobres, menos letrados, negros, indígenas, pessoas com deficiência mental e/ou física, entre outros). Outro fator é a falta de políticas educacionais, entre elas a reformulação de propostas curriculares incluindo questões de gênero, identidade e sexualidade. A ausência de reformulação do currículo escolar torna a aprendizagem uma prática focada em conteúdo de disciplinas específicas, não coloca em pauta demandas presentes na sociedade e a realidade escolar. Somou-se a isso a falta de gestão escolar comprometida com a formação de sujeitos críticos, livres e autônomos.

O deputado Erivelton Santana (PSC-BA), também integrante da bancada evangélica, apresentou o Projeto de Lei 7.180/2014, o qual propõe alteração à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo como prioridade os “valores familiares” na educação escolar, justificando-se da seguinte forma:

Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros.

Os projetos surgiram, de forma geral, em ataque àquilo que era exposto como “ideologia de gênero”, ou seja, um conjunto de conhecimentos acerca da diversidade sexual e de gênero que passara a ser discorrido nas escolas e que segundo seus propositores influenciaria, quando não incentivaria, a prática homossexual. Porém, os ataques mascarados pelo discurso da ideologia de gênero têm objetivos nítidos de reiteração e defesa de uma

estrutura que ataca a população LGBTQIA+. Esse conceito apareceu primeiro nos textos doutrinários da igreja católica, escritos pelo então cardeal alemão Joseph Ratzinger (Bento XVI) em resposta a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, em 1995. Na América Latina, e em especial no Brasil, o termo foi utilizado por conservadores contrários às pautas de sexualidade e igualdade de gênero.

Após mais de uma década de pesquisas examinando os indicadores negativos do clima escolar para os jovens LGBT, Kosciw et al. (2012) apresentaram dados obtidos com 8.584 estudantes entre 13 e 20 anos de 50 estados dos Estados Unidos. Os resultados apontam que as escolas são ambientes hostis para os jovens homossexuais e 63,5% desses jovens afirmaram que se sentiam inseguros devido à orientação sexual; 81,9% foram verbalmente assediados, por exemplo, xingados ou ameaçados; 84,9% ouviam frequentemente na escola a palavra “gay” utilizada de forma pejorativa; 71,3% ouviam outros tipos de comentários homofóbicos de colegas e 91,4% reportaram ter se sentido perturbados com essa linguagem. No que se refere à vitimização física (por exemplo, ser empurrado); 38,3% relataram que sofreram tal vitimização no ano anterior à pesquisa; e 55,2% também relataram vitimização por cyberbullying (por meio de mensagens de texto ou postagens em sites de relacionamento). Acerca do desempenho escolar, 31,8% apontaram ter perdido ao menos um dia de aula no último mês devido a se sentir desconfortável ou inseguro com os assédios. Estudantes que experienciaram altos níveis de vitimização apresentaram três vezes mais chance de ter faltado à escola do que os que apresentaram baixos níveis (57,9% versus 19,6%). Os estudantes mais frequentemente assediados apresentavam notas inferiores às dos menos assediados e os mais vitimizados reportaram duas vezes mais probabilidade de relatar que não tinham planos acadêmicos para o futuro, como entrar em uma universidade, do que os que eram menos vitimizados (10,7% versus 5,1%). Sobre os efeitos psicológicos do bullying homofóbico, os estudantes que apresentaram altos índices de vitimização em decorrência de sua orientação sexual tiveram níveis de depressão mais altos e baixos níveis de autoestima comparados a estudantes que reportaram níveis baixos de vitimização.

A escola e o poder hegemônico continuam a reproduzir as diferenças, produzindo e reforçando identidade e perpetuando a heteronormatividade numa relação de desigualdade, afirma Guacira Lopes Louro:

Portanto, se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimento, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relação de desigualdade; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que

faz isso cotidianamente, com a participação ou omissão; se acreditarmos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida, e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontraremos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 2008, p. 85-86).

Corroborando a pesquisa de Kosciw et al. (2012) e concordando com os apontamentos de Guacira Louro (2008) citados acima, Albuquerque e Williams em sua pesquisa sobre piores experiências escolares homofóbicas, relatam:

Foram descritos principalmente incidentes de vitimização verbal (comentários inadequados sobre a sexualidade dos estudantes, insultos, gozações, tentativas de ridicularizá-los, espalhamento de rumores, recebimento de apelidos indesejados) e também situações de isolamento social por parte dos colegas. Nesse sentido, a literatura aponta o quanto a vitimização verbal é frequente entre a população LGBT. Por exemplo, Venturi e Bokany (2011) apontaram que 42% dos indivíduos pesquisados por ele afirmaram ter sido tratados com ironia ou gozação e Kosciw et al. (2012) observaram que 81,9% dos participantes respondentes do seu estudo foram verbalmente assediados, sendo, por exemplo, xingados ou ameaçados e 71,3% ouviram outros tipos de comentários homofóbicos de colegas. Na presente pesquisa a vitimização verbal também foi a mais citada, comum na forma de comentários maldosos. (ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015, p. 669).

O apontamento de fatores acima relacionados tem como consequência o comprometimento do acesso da comunidade LGBTQIA+ e mesmo quando garantido o acesso, percebe-se a dificuldade de permanência na escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da literatura sobre o assunto, entendemos que a exclusão e demais desafios desses indivíduos principalmente no ambiente escolar, é advinda do preconceito, discriminação e falta de especialização, a última sendo resultado de ambos os outros. Compreendeu-se que, enquanto não houver políticas de enfrentamento ao capitalismo, a superação do liberalismo, o combate ao racismo, ao heterossexismo e ao patriarcado, utilizando a interseccionalidade para a compreensão da relação das categorias de opressão, não haverá combate efetivo na luta por direitos das pessoas LGBTQIA+.

Conscientizar os educandos e educadores, na perspectiva do Estado Laico, que os espaços públicos são direitos de todos/as. Não cabe dentro da escola a homogeneidade, pois faz parte da condição humana a manifestação das diferenças. Portanto, a escola deve ser um ambiente de convívio democrático e da valorização e respeito das diferenças. A escola é um espaço público como as praças, ruas, teatros, cinemas, hospitais, delegacias, museus, é lugar de todos/as. Que conste nos documentos oficiais das escolas, como por exemplo, nos projetos pedagógicos, planos curriculares e regimentos escolares o respeito e a inclusão da população LGBTQIA+, discutindo com a comunidade escolar sobre os Direitos Humanos. A relevância de refletir as relações sociais na escola é, principalmente, alertar sobre o cumprimento do seu papel social de estar atenta e proporcionar diálogos para, assim, fomentar e (re)construir uma formação crítica, transgressora e capaz de promover uma educação inclusiva, que respeite e valorize as diferenças, oportunizando ouvir todas as pessoas e em especial as que são mais excluídas socialmente. É necessário o envolvimento de todas as pessoas que compõem as instituições escolares, considerando que esse ambiente é um importante espaço para contribuição do senso crítico de adolescentes e jovens, devendo, portanto, desenvolver um posicionamento ético de ampliação dos direitos da pessoa humana e a possibilidade de coexistir por meio das diferenças ou será apenas uma instituição que funciona unicamente como reprodutora de conhecimentos para manutenção das identidades hegemônicas.

Tendo em vista que a psicologia deve se ocupar de entender e intervir em processos desencadeadores de sofrimento psíquico, novas formas de prevenção e combate à LGBTfobia e entendimento da realidade vivida por pessoas LGBTQIA+ devem ser pensadas no intuito de garantia de direitos e de políticas públicas, levando em consideração que a dimensão do ambiente escolar atravessa a vivência destes na maior parte do tempo, sendo parte importante também na construção da própria identidade e imagem social destes indivíduos. Resumindo, medidas sociais amplas e especificamente no ambiente escolar

poderão favorecer situações futuras em que os estudantes tenham a mesma oportunidade de aprender no ambiente escolar independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (KOSCIW et al., 2012).

O estudo visou compreender as diversas formas de viver as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar e como o preconceito LGBTfóbico é um mecanismo de controle da sexualidade e da ‘normalidade’ estabelecida pela doutrinação heterossexista, além de verificar o impacto negativo deste na formação escolar de pessoas LGBTQIA+. Espera-se que esse trabalho contribua para esclarecimento da seriedade dos efeitos da LGBTfobia na escola, contribuindo também para o delineamento de intervenções que combatam esse tipo de violência.

Por se tratar de uma revisão integrativa de bibliografia, as dificuldades e questões encontradas são as mais gerais possíveis, trazendo a urgência de uma melhor verificação da teoria, através do estudo de campo prático. Deste modo, a partir da coleta das percepções dessa amostra, se verificariam melhor os aspectos que só podem ser descritos através da prática, assim como as particularidades e problemáticas emergentes. Questionamentos acerca da LGBTfobia e o mercado de trabalho; de pessoas LGBTQIA+ e garantias de direitos civis, surgiram durante a pesquisa e podem ser pensadas como novas possibilidades de estudo sobre o tema, visto a ainda restrita quantidade de pesquisa científica envolvendo esses assuntos.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, Rachel Luiza Pulcino de. “**É algo socialmente construído**”: gêneros e sexualidades na escola entre percepções de docentes e estudantes. Rachel Luiza Pulcino de Abreu; orientadora: Maria Inês Marcondes; coorientador: Anderson Ferrari. – 2019.

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia** – 2015, Vol. 23, nº 3, 663-676. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413> >. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

AUGUSTO, Cleiclete Albuquerque et al. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007- 2011)**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 51, n. 4, p. 745-764, Dec. 2013 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007&lng=en&nrm=isso >. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 42 e 229.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003, p.41 e seg.

CEZAR, J. M. O. **A Punição do Anormal: Uma problematização da violência cometida contra LGBTs+ no ambiente escolar, e as resistências dos mesmos, através da interface entre Michel Foucault e Judith Butler**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis. Departamento de História, 2019.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. **Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades**. Rio Grande: Biblios, 2006. Anual. Disponível em: < http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_7b61bc03a1_0010976.pdf >. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Homofobia é crime?** Maria Berenice Dias, 2012. Disponível em: < <http://www.berenedias.com.br/index.php> >. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

_____. **Microfísica do Poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 183.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999.

GALVAO, Afonso et al. **Violências escolares:** implicações para a gestão e o currículo. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2010, vol.18, n.68, pp.425-442. ISSN 0104-4036. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000300002> >. Acesso em: 19 de maio de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério. **Diversidade sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009.

KOSCIW, J. G. *et al.* **The 2011 National School Climate Survey:** The experiences of lesbian, gay, bisexual and transgender youth in our nation's schools. New York: Gay, Lesbian & Straight Education Network, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012> >. Acesso em: 19 de maio de 2021.

_____. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. In: Pro-posições, Campinas, SP, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTT, Luiz. MICHELS, Eduardo, PAULINHO. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil:** relatório 2018. 2019. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf> >. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

NOGUEIRA Jailson Alves; BRITO Lauro Gurgel de. **Estado, democracias e inclusão social.** Mossoró – RN: EDUERN, 2020.

PAULO SALDAÑA. **73% dos jovens LGBTQ dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa.** Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml> >. Acesso em: 15 de maio de 2021.

ROSA, Lucas Camapum. **A LGBTQfobia como fenômeno cultural e seus impactos psíquicos.** 2017. 116 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Émerson Silva. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de CaruaruPE:** a questão da LGBTQfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar. / Émerson Silva Santos. – 2018.

SANTOS, Maria Berenice Alves dos. **Impactos da homofobia no acesso e permanência na escola**. Universidade federal de Minas Gerais – UFMG, 2016.

SILVA, Filipe Antonio Ferreira da. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de ágape e êxtase: orientações pós-seculares** / Tamsin Spargo; tradução Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SOUZA, M.T., SILVA, M. D., & CARVALHO, R. (2010). **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein, 8(1), 102-106.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma**. Periódicus, Salvador, v. 1, n. 5, p.41-55, maio 2016. Semestral. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17175/11332> >. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2013). **Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico**. Brasília. ISBN 978-85-7652-1785. < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf> >. Acesso em: 04 de maio de 2021.